



**PAUTA
PARA A 103ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 04 DE AGOSTO DE 2017**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 645, de 2017, de autoria do deputado Campos Machado. Institui a Semana Estadual da Conscientização, Prevenção, Controle e Combate à Leishmaniose, no Estado.

2 - Projeto de lei nº 646, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Declara de utilidade pública a "Associação Voluntários Irmã Ana Maria - AVOIAM", em Catanduva.

3 - Projeto de lei nº 647, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Autoriza o Poder Executivo a implantar o Restaurante Popular "Bom Prato" nas dependências do Hospital Padre Albino, em Catanduva.

4 - Projeto de lei nº 648, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Paraíso como Município de Interesse Turístico.

5 - Projeto de lei nº 649, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Novo Horizonte como Município de Interesse Turístico.

6 - Projeto de lei nº 650, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Novais como Município de Interesse Turístico.

7 - Projeto de lei nº 651, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Jaboticabal como Município de Interesse Turístico.

8 - Projeto de lei nº 652, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Jaborandi como Município de Interesse Turístico.

9 - Projeto de lei nº 653, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Irapuã como Município de Interesse Turístico.

10 - Projeto de lei nº 654, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Elisiário como Município de Interesse Turístico.

11 - Projeto de lei nº 655, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Dobrada como Município de Interesse Turístico.

12 - Projeto de lei nº 656, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Catiguá como Município de Interesse Turístico.

13 - Projeto de lei nº 657, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Assis como Município de Interesse Turístico.

14 - Projeto de lei nº 658, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Salto de Pirapora como Município de Interesse Turístico.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 17, de 2017, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Veda a percepção, por Secretários de Estado, titular ou em exercício, de remunerações ou adicionais decorrentes da participação em reuniões de Conselhos de Administração de empresas estatais, Fundações Públicas e Autarquias.

2 - Projeto de lei nº 641, de 2017, de autoria do deputado Antonio Salim Curiati. Dá a denominação de "Engenheiro Jorge Nassif Haddad" ao Complexo Viário de Jundiaí, que compõe a fase 1ª, entre os kms 56 e 57 da SP - 330, em Jundiaí.

3 - Projeto de lei nº 642, de 2017, de autoria do deputado Pedro Kaká. Fica concedida a anistia administrativa aos servidores do Sistema Penitenciário do Estado, aos quais se atribuem condutas durante movimentos reivindicatórios por melhorias de vencimentos e de condições de trabalho ocorridos durante o movimento paredista dos anos de 2014 e 2015.

4 - Projeto de lei nº 643, de 2017, de autoria do deputado Orlando Bolçone. Classifica Onda Verde como Município de Interesse Turístico.

5 - Projeto de lei nº 644, de 2017, de autoria do deputado Itamar Borges. Dá a denominação de "Dr. Edson de Godoy Bueno" ao viaduto localizado no km 417 da Rodovia Marechal Rondon SP - 300, em Guarantã.

6 - Projeto de decreto legislativo nº 6, de 2017, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Susta os efeitos da Resolução SEE nº 30, de 2017, que estabelece diretrizes para a organização curricular do Ensino Fundamental e do Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos - EJA, em classes multisseriadas.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 614, de 2017, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Iepê como Município de Interesse Turístico.

2 - Projeto de lei nº 615, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Nova Granada como Município de Interesse Turístico.

3 - Projeto de lei nº 616, de 2017, de autoria do deputado Coronel Camilo. Declara de utilidade pública o "Projeto Mãos Solidárias de Promissão", naquele Município.

4 - Projeto de lei nº 617, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Pitangueiras como Município de Interesse Turístico.

5 - Projeto de lei nº 618, de 2017, de autoria do deputado Léo Oliveira. Classifica Morro Agudo como Município de Interesse Turístico.

6 - Projeto de lei nº 619, de 2017, de autoria do deputado Léo Oliveira. Dá a denominação de "Rubens Fernandes de Ávila" à Rodovia SP - 211, que liga os municípios de São José do Rio Pardo e Divinolândia.

7 - Projeto de lei nº 620, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Colina como Município de Interesse Turístico.

8 - Projeto de lei nº 621, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Guariba como Município de Interesse Turístico.

9 - Projeto de lei nº 622, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Palmares Paulista como Município de Interesse Turístico.

10 - Projeto de lei nº 623, de 2017, de autoria do deputado Léo Oliveira. Classifica Serrana como Município de Interesse Turístico.

11 - Projeto de lei nº 624, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Pirangi como Município de Interesse Turístico.

12 - Projeto de lei nº 625, de 2017, de autoria do deputado Orlando Bolçone. Classifica Guapiaçu como Município de Interesse Turístico.

13 - Projeto de lei nº 626, de 2017, de autoria do deputado Roque Barbieri. Dá a denominação de "Investigador João Henrique Duarte Oberg" ao 1º Distrito Policial de Penápolis.

14 - Projeto de lei nº 627, de 2017, de autoria do deputado Campos Machado. Declara de utilidade pública a "Associação de Apoio e Assistência aos Portadores de Câncer de Iepê - AAAPCI", naquele Município.

15 - Projeto de lei nº 628, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Pradópolis como Município de Interesse Turístico.

16 - Projeto de lei nº 629, de 2017, de autoria do deputado Paulo Correa Jr. Declara de utilidade pública a "Associação Cultural e Folclórica Tia Valdelice", em São Vicente.

17 - Projeto de lei nº 630, de 2017, de autoria do deputado Pedro Kaká. Dispõe sobre a observância das normas técnicas de segurança elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, em "playgrounds" ou áreas de recreação infantil localizadas em parques públicos estaduais.

18 - Projeto de lei nº 631, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Torrinha como Município de Interesse Turístico.

19 - Projeto de lei nº 632, de 2017, de autoria do deputado Sebastião Santos. Acrescenta inciso IX ao artigo 14 da Lei n.º 11.165, de 2002, que institui o Código de Pesca e Aqüicultura do Estado.

20 - Projeto de lei nº 633, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Torna obrigatória a quitação de imóveis financiados por órgão do Estado, adquiridos por policiais civis, militares e bombeiros, quando forem considerados inválidos para o trabalho.

21 - Projeto de lei nº 634, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Obriga os estabelecimentos públicos e privados localizados no Estado a inserirem nas placas de atendimento prioritário, o Símbolo Mundial de

Conscientização do Transtorno do Espectro Autista.

22 - Projeto de lei nº 635, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Dispõe sobre a "Política Estadual de Fonoaudiologia" nas escolas públicas do Estado.

23 - Projeto de lei nº 636, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Torna obrigatória a inclusão no acervo de todas as bibliotecas públicas do Estado, de exemplares da Bíblia Sagrada, em braile.

24 - Projeto de lei nº 637, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Obriga as empresas de planos de saúde a autorizar, quando o paciente for idoso, todos os exames que exijam análise prévia em um prazo máximo de vinte e quatro horas.

25 - Projeto de lei nº 638, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Obriga a todos os cinemas do Estado a respeitarem o distanciamento mínimo entre a tela de projeção e a primeira fila de poltronas.

26 - Projeto de lei nº 639, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Institui a "Semana de Conscientização sobre os Perigos de Dormitar em Excesso".

27 - Projeto de lei nº 640, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Institui a "Semana de Conscientização sobre a Fibromialgia".

28 - Moção nº 55, de 2017, de autoria do deputado Junior Aprillanti. Apela para o Sr. Presidente da República, a fim de que seja credenciado junto ao Ministério da Saúde o Hospital do GRENDACC - Grupo em Defesa da Criança com Câncer, localizado no município de Jundiaí, visando ampliar os atendimentos prestados aos pacientes, oriundos, em sua maioria, do Sistema Único de Saúde - SUS.

29 - Moção nº 56, de 2017, de autoria da Comissão de Saúde. Manifesta apoio ao Fórum dos Conselhos Atividade Fim Saúde - São Paulo, por ocasião de seu posicionamento contrário à autorização concedida ao funcionamento de cursos de graduação da área de saúde, ministrados exclusivamente na modalidade educação à distância.

30 - Moção nº 57, de 2017, de autoria da Comissão de Saúde. Protesta contra as instituições de ensino, públicas ou privadas, que mantêm em funcionamento cursos de graduação na área de saúde exclusivamente na modalidade de ensino

à distância.

31 - Moção nº 58, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Aplauda o youtuber Whindersson Nunes em reconhecimento ao seu trabalho e influência na internet através de seu canal humorístico no Youtube, onde motiva outros jovens a não desistirem de seus sonhos.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 602, de 2017, de autoria do deputado Sebastião Santos. Proíbe a venda de aparelhos "hand spinner" que não estejam identificados com o selo do INMETRO, no Estado.

2 - Projeto de lei nº 603, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Bebedouro como Município de Interesse Turístico.

3 - Projeto de lei nº 604, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Penápolis como Município de Interesse Turístico.

4 - Projeto de lei nº 605, de 2017, de autoria do deputado Itamar Borges. Dá a denominação de "Flávio Henrique Rodrigues" ao dispositivo de acesso SPD 344/563 localizado no km 344 + 300 m da Rodovia Euphly Jalles - SP 563, em Jales.

5 - Projeto de lei nº 606, de 2017, de autoria do deputado Itamar Borges. Dá a denominação de "Nilo Neto" ao dispositivo de acesso SPD 349/563 localizado no km 348 + 800 m da Rodovia Euphly Jalles - SP 563, em Jales.

6 - Projeto de lei nº 607, de 2017, de autoria do deputado Itamar Borges. Dá a denominação de "João Francisco de Paula" ao dispositivo de entroncamento SPD 144/463 localizado no km144 + 200 m da Rodovia Elyeser Montenegro Magalhães - SP 463, em Jales.

7 - Projeto de lei nº 608, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Tabapuã como Município de Interesse Turístico.

8 - Projeto de lei nº 609, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Santa Ernestina como Município de Interesse Turístico.

9 - Projeto de lei nº 610, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Leme como Município de Interesse Turístico.

10 - Projeto de lei nº 611, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Cravinhos como Município de Interesse Turístico.

11 - Projeto de lei nº 612, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Tabatinga como Município de Interesse Turístico.

12 - Projeto de lei nº 613, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Itajobi como Município de Interesse Turístico.

13 - Moção nº 54, de 2017, de autoria da deputada Clélia Gomes. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, a fim de que o Projeto de Lei n.º 6.068, de 2016, tenha sua tramitação e aprovação com a maior urgência em razão de sua importância.

Em pauta por 3 (três) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o item 1 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno (Urgência).

1ª Sessão

Projeto de lei nº 659, de 2017, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre a reorganização societária da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP.